



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

## TERMO

### DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 500/2019/KAPPA/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0033.329195/2019-16**

**OBJETO:** Registro de preço para futura e eventual aquisição de material de consumo para fabricação de materiais esportivos, para atender o Projeto Pintando a Liberdade (PPL), vinculado ao Núcleo de Capacitação (NUCAP), que compõe a Gerência de Reinserção Social (GERES/SEJUS/RO).

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através do(a) Pregoeiro(a), designado(a) por meio da **Portaria Nº 192/2019/SUPEL-CI publicada no DOE do dia 13.09.2018**, em atenção **A INTENÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **KRIPTON INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

#### I - DA ADMISSIBILIDADE

Tendo sido protocolada a petição pela licitante ATRAVÉS DE E-MAIL na data de 07/01/2020, às 15h54min, a Pregoeira, à luz do artigo 4º, incisos XVIII e XX da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, portanto, recebe e não conhece do recurso interposto, por **deixar de reunir as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade**, sendo finalmente considerado **INTEMPESTIVO E POR MEIO INADEQUADO**, senão vejamos:

#### LEI FEDERAL Nº 10.520/2002:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: [...]

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XIX - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XX - a falta de manifestação **imediata e motivada** do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor; [...] **GRIFAMOS**

#### DECRETO ESTADUAL Nº 12.205/2006 (REGULAMENTA O PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA):

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, **durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema**, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.**

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

A manifestação de intenção de recurso pelo evidenciado, no caso de Pregão Eletrônico, se dá exclusivamente através do sistema <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> (comprasnet), sendo que a Pregoeira não tem a obrigação de aguardar protocolo físico documental para este caso, motivo pelo qual adjudicou o objeto e depois tomou conhecimento do documento intempestivo.

No entanto, em respeito aos licitantes, está Pregoeira apresenta abaixo breve análise do mérito a ser encaminhada de ofício ao interessado, já que, embora intempestivo, identificamos equívocos, os quais pretendemos elucidar, demonstrando a legalidade e dando maior transparência ao certame.

## II - **DAS RAZÕES DO RECURSO**

A recorrente, denominada como **KRIPTON INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME**, manifestou sua intenção recursal, intempestiva, conforme síntese a seguir:

“Aduz resumidamente, que a empresa declarada vencedora para os itens 1 e 2, não cumpriu com o disposto no Anexo I do Edital – Termo de Referência, e com o item 11.5.2 do edital. [...]”

Ao final, a recorrente requer o que se expõe abaixo:

- a) Solicita a desclassificação da empresa vencedora dos itens 1 e 2;

## III - **DA CONTRARRAZÃO**

Informamos que, devido a manifestação da “recorrente” ter sido via endereço eletrônico, foi concedido o prazo de 03 (três) dias para a licitante **EPIS INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI** encaminhar suas contrarrazões conforme item 14.2 do Edital, porém essa licitante não realizou tal ato, decaindo assim o seu direito.

Nunca é demais lembrar que a licitação constitui ato administrativo formal, **ex vi** do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.666/1993, o que significa dizer que deve seguir o rito disciplinado na lei, dele não podendo se afastar, a qual pretexto for, bem como pelo princípio da isonomia, é imperioso que as pessoas, no caso em tela empresas, em iguais situações jurídicas aufram os mesmos tratamentos na aplicação do Direito. Acerca do assunto, o Tribunal de Contas da União, recomendou que: **“9.3.26 – cumpra o disposto no Art. 41 da Lei n. 8.666/1993, de forma a observar o estabelecido no**

**edita**l convocatório". Assim, também decidiu o TRF da 1ª Região: **"I – No procedimento licitatório, domina o princípio da vinculação ao edita**l, que obriga tanto a pública Administração quanto aos licitantes em sua rigorosa observância. ...". (TRF/1ª Região. REO nº 1998.01.00.0014536-9/GO. 6ª Turma. DJ 23 out. 2002. P. 197. Revista Fórum Administrativo – Direito Público. Vol. 21. Ano 2. Nov. 2002.).

#### IV - **DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO**

Antes de adentrarmos no julgamento do recurso, ressaltamos alguns pontos os quais versam sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da **razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo** e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

**Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.**

**As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.**

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Dito isso, após criteriosa análise do recurso interposto pela recorrente passamos ao julgamento.

Com base nessas informações, a pregoeira reanalisou os documentos da proposta de preços e habilitação, certificando que a empresa **EPIS INDUSTRIA E COMÉRICO EIRELI**, vencedora e classificada em primeiro lugar para os itens 1 e 2, não atendeu na íntegra as exigências editalícias.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório:

**É a lei do caso**, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que **"a Administração não pode descumprir as normas e condições do edita**l, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416).

Nesse sentido, fica caracterizado o descumprimento do disposto no Anexo I do Edital – Termo de Referência (A empresa deverá apresentar Declaração e "Relatório de Ensaio" realizado por laboratório certificado pelo INMETRO, comprovando que os materiais atendem as especificações exigidas), e com o item 11.5.2 do edital (...PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM...).

V - **DA DECISÃO**

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, considerando o princípio da autotutela administrativa, previsto nas súmulas 346 e 473 do STF, que prevê que a Administração pode rever seus atos a qualquer tempo, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, pela empresa **KRIPTON INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA – ME, INABILITANDO** a empresa **EPIS INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, para os itens 1 e 2.

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho, 19 de fevereiro de 2020.

**IZAURA TAUFMANN FERREIRA**

Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Izaura Taufmann Ferreira, Pregoeiro(a)**, em 19/02/2020, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **10287801** e o código CRC **4751C854**.

**Referência:** Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0033.329195/2019-16

SEI nº 10287801